



A POSIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ESPAÇO ACADÊMICO BRASILEIRO: ASPECTOS LEGAIS E CAMPO DE LUTAS

Anne Lizabelle Leite Duarte Mascarenhas

Universidade do Estado Rio Grande do Norte
anne.lizabelle@hotmail.com

Márcia Regina Farias da Silva

Universidade do Estado Rio Grande do Norte
marciaregina@uern.br

Maria Betânia Ribeiro Torres

Universidade do Estado Rio Grande do Norte
betaniatorres@gmail.com

Resumo

Discutiremos influências e compreensões relacionadas à posição da extensão universitária no espaço acadêmico brasileiro. Deste modo, através de uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, versaremos sobre os aspectos em torno do surgimento e reconhecimento da extensão para formação universitária e canal de relacionamento com a sociedade. Propomos realizar uma análise dos percursos normativos que cercam a extensão universitária, e, posteriormente, refletir sobre a apropriação e implementação em torno da posição e rumos no espaço acadêmico brasileiro tomando como subsídio a teoria de campo e *habitus* de Bourdieu. Por fim, discorreremos sobre as crises que o ensino público universitário vem sendo acometido em um contexto de hegemonia do capital global, reconhecendo, nesta conjuntura, a importância da extensão, mesmo diante de limitações, como instrumento que pactue compromisso com a sociedade para além dos interesses de mercado, e capaz de aliar a construção de conhecimentos ao favorecimento da coletividade.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Espaço Acadêmico Brasileiro. Bourdieu.

UNIVERSITY OUTREACH IN THE BRAZILIAN ACADEMIA: LEGAL ISSUES AND PLAYING FIELD

Abstract

We conducted a qualitative literature survey in order to discuss the influence and comprehensions on the role of the university outreach in the Brazilian academia. It is aimed to consider issues on the birth and strengthening of the university outreach as a relationship between the academia and the society. In this paper we propose an analysis of the regulatory pathway followed by the university outreach and, then, a reflection on the establishment of its role in the Brazilian academia in accordance with Bourdieu's field and habitus theory. In the end, we discuss the crisis faced by the public higher education in a context of hegemony of the global capital. Even in the face of the barriers, it is highlighted the importance of the university outreach as an instrument able to bring the construction of knowledge and community advantage together, and thus to reach the society apart from the market interests.

Keywords: University Outreach. Brazilian Academia. Bourdieu.

LA POSICIÓN DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN EL ÁREA ACADÉMICA BRASILEÑA: ASPECTOS LEGALES Y CAMPO DE LUCHAS

Resumen

Discutiremos las influencias y entendimientos relacionados con la posición de la extensión universitaria en el espacio académico brasileño. Por lo tanto, por medio de un enfoque cualitativo, a través de la investigación bibliográfica y documental, discutiremos los aspectos relacionados con la aparición y el reconocimiento de la Extensión para la educación universitaria y el canal de relación con la sociedad. Proponemos analizar los caminos normativos que rodean la Extensión Universitaria, y luego reflexionar sobre la apropiación e implementación en torno a la posición y las direcciones en el espacio académico brasileño, tomando como subsidio la teoría de campo y el *habitus* de Bourdieu. Finalmente, discutiremos las crisis en las que la educación universitaria pública se ha visto afectada en un contexto de hegemonía del capital global. En este momento, reconocemos la importancia de la Extensión, incluso frente a las limitaciones, como un instrumento que compromete el compromiso con la sociedad más allá de los intereses del mercado y capaz de combinar la construcción del conocimiento con el favorecimiento de la comunidad.

Palabras clave: Extensión Universitaria. Espacio Académico Brasileño. Bourdieu.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo deriva do processo de construção e amadurecimento da curiosidade científica a partir de um referencial teórico de análise contextualizada e pautada em abordagens críticas a respeito da relação entre extensão universitária e a construção do seu espaço no cenário acadêmico brasileiro. Assenta no propósito de abordar pontos relevantes em relação à trajetória percorrida pela extensão universitária, sua situação na conjuntura atual e possíveis perspectivas.

Cabe ressaltar que o trajeto de maturação da extensão universitária, ao longo de quase 90 anos, desde a rudimentar aparição do termo no primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/1931) até os dias atuais, veio se desenhando e redesenhando dentro do espaço acadêmico. É preciso elucidar que a noção de extensão abrange questões complexas que envolvem implicações político-sociais e postura intelectual de abertura para um exercício prático de construção de conhecimento de forma inter e transdisciplinar, que valorizam o diálogo e a alteridade em seu processo de vínculo junto à sociedade e a realidade social.

Destarte, destacaremos a configuração que a extensão vem apresentando nos últimos anos e, principalmente, o processo de expansão pelo qual vem passando. Para tanto, cabe pontuar os marcos legais dessa trajetória de luta e resistência. Compreendendo que esse processo imprime marcas que constituem permanências e coexistência de distintas concepções sobre a área das quais derivam estruturas, normas e práticas, institucionais e individuais, esta situação pode ser explorada a partir de alguns conceitos, como os de campo e de *habitus*, do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2003; 2004).

Para Bourdieu, campo corresponde ao espaço em que se dão as relações de disputas que são reconhecidamente condicionadas e condicionantes, mas também dinâmicos de interações e possibilidades de movimentações, no qual os agentes internalizam o conhecimento exterior e ao mesmo tempo exteriorizam o que foi internalizado, numa perspectiva dialética. O conceito de *habitus* vem acrescentar esclarecimentos sobre estas ações resultantes de condicionamento histórico e social, mas vinculado ao jogo do inconsciente (posturas e gestos) internalizado pelo agente como formas e práticas mentais que são percebidas sem que este a queira deixar perceber de maneira explícita.

Ademais, as discussões aqui propostas contam ainda com a ótica e o aporte teórico do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1995, 2004, 2011) para entender o contexto de hegemonia do projeto neoliberal e sua transição no universo acadêmico vinculando a análise a suas percepções sobre a extensão dentro deste cenário de mercantilização do ensino superior.

Considerando como salutar reconhecer a importância das atividades de extensão universitária para a construção do conhecimento a partir da sua indissociabilidade junto ao ensino e a pesquisa, bem como a percebendo como estrategicamente posicionada em uma relação dialógica com a sociedade, o objetivo aqui proposto apresenta o compromisso de sinalizar influências e conduzir a uma análise crítica sobre a posição da extensão universitária no espaço acadêmico brasileiro.

Para isso, o presente artigo foi organizado em cinco partes: têm-se, na primeira parte, as considerações iniciais, seguidas de um levantamento documental que dê conta do surgimento e consolidação da extensão universitária a partir das normativas legais. O debate em torno das lutas vivenciadas pela extensão universitária está contemplado na terceira parte deste artigo, seguida da análise de influências externas e conjunturais que interferem diretamente na realidade da Universidade; por fim, na quinta parte, apresentam-se as considerações finais.

SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O QUE DIZEM AS NORMATIVAS LEGAIS?

A Universidade Brasileira surgiu na década de 1920, associada ao processo de modernização da sociedade brasileira, na transição de uma economia agrária exportadora para um modelo de produção industrial. Neste cenário, são reconhecidas as primeiras universidades do país, sendo estas as Universidades do Rio de Janeiro e de Minas Gerais a partir da junção de faculdades, a saber, Medicina, Direito e Escola Politécnica no Rio de Janeiro, e Medicina, Direito e Engenharia em Minas Gerais. (MENDONÇA, 2000)

Já em 11 de abril de 1931, através do Decreto nº 19.851, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas, surge o primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras com o intuito de organizar e estruturar o ensino superior. Este documento traz as primeiras referências legais da extensão universitária em seus artigos 23, 35, 42, 99 e 109, os quais discorrem, em sua maioria, sobre as modalidades de cursos e conferências de extensão. Destaca-se com substancial relevância a atribuição de uma diretriz em seu artigo 109, o qual relata que “a extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo”.

Nota-se a fragilidade de introdução do tema extensão nas primeiras referências legais, sentida também na primeira edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Lei nº 4024, 1961) que, refere-se à extensão apenas em um único artigo:

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;
- b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;
- c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos (Lei nº 4024, 1961).

Prevalece até o momento a associação da extensão a um caráter operacional (cursos, conferências e etc.), sem avanços substanciais nas suas concepções. De acordo com Sousa (2010, p. 59), nestes marcos percebe-se a visão da extensão como prestação de serviço, no sentido de ilustrar as massas e assisti-las.

A noção de extensão volta a ser aludido no Decreto Lei nº 252/67, artigo nº 10, no qual discorre sobre “a Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes”, passando claramente a apresentar um caráter mais mediador e articulador entre ensino, pesquisa e a sociedade.

Posteriormente, a lei nº 5540/1968, com o intuito de fixar normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com o ensino médio, ratifica o posicionamento do decreto anterior, discorre em três momentos sobre extensão, nos artigos nº 17 e nº 25, tratando-se das modalidades de cursos de extensão e, com destaque, temos o artigo nº 40, o qual esclarece que as instituições de ensino superior:

- a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;
- b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
- c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;
- d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional (Lei nº 5540/ 1968).

Destacam-se, nesse documento, as primeiras percepções de legitimidade da contribuição para a formação do aluno, bem como reafirma seu papel junto à sociedade, evidenciando um caráter mediador e articulador. No entanto, ainda se encontra longe de ser conferida uma posição de indissociabilidade junto ao ensino e à pesquisa assumida apenas duas décadas depois por meio

da Constituição de 1988. É preciso asseverar que o documento endossa a atividade de pesquisa acadêmica¹ em situação de relevância e prioridade, destacada como um dos objetivos do ensino superior.

Convém contextualizar, também, que, de 1964 a 1985, o país vivenciou um período de regime militar que, longe de favorecer a garantia de direitos sociais, estimulou práticas de extensão voltadas à prestação de serviços às comunidades carentes de caráter eminentemente assistencialista. Como exemplo dessa época é possível citar o Projeto Rondon, criado em 1967, e os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC, em 1965².

Na década de 1980 entram em efervescência os movimentos pela redemocratização do país. Destaca-se desses diálogos emergentes o mérito da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão-FORPROEX, na Universidade de Brasília, em 1987, ocasião do primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O Fórum passa a apresentar contribuições legítimas e significativas nas discussões políticas, conceituais e metodológicas, bem como pontua um canal de militância para o reconhecimento do papel fundamental da extensão na formação do aluno e no exercício da função social da Universidade, trajetória presente ainda nos dias atuais.

O cenário traz à tona um redesenho da extensão para além da prestação de serviços e disseminação de conhecimentos. De acordo com Sousa (2010):

A institucionalização da Extensão foi defendida como necessária para sua existência, como prática acadêmica e como garantia para a própria Universidade, que necessita demonstrar o que é e o que produz, de forma clara. A Sociedade deve poder reconhecer quais os benefícios que recebe da atuação da Universidade. E esta apresentação cabe à Extensão. É por aí que se inicia a defesa de sua presença dentro da estrutura universitária em igualdade de posição com outras práticas. Essa institucionalização passa pela necessidade de elevar a posição, pouco privilegiada, que a Extensão tem ocupado dentro das Universidades. Na verdade, essa luta é por espaço próprio dentro da estrutura, um espaço conquistado que seja maior que as brechas preenchidas sob permissão (SOUSA, 2010, p. 107-108).

Há, nessa perspectiva, a oportunidade de vínculo junto à pesquisa e ao ensino, o que vem a se concretizar na Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), na qual a Universidade é caracterizada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

¹ Art. 1º O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. (Lei nº 5540/ 1968).

² Projeto Rondon, com princípios de integração Norte-Sul, baseado na prestação de serviços e treinamento profissional voluntariado. O Programa CRUTAC baseava-se na difusão e prestação de serviço à comunidade rural.

Em conformidade com o texto constitucional vigente, entrou em vigor a Lei nº 9394/1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, conceituando, no artigo nº 52, as universidades como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (LDB, 1996).

A LDB apresenta, dentre outras finalidades:

...estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição e atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, e a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (LDB, 1996).

A preocupação com a extensão universitária também pode ser observada nos Planos Nacionais de Educação - PNE³. No PNE, em vigor, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, consta em sua meta 12, estratégia 12.7, que está estabelecido para a Universidade a necessidade de “assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (PNE, 2014-2024, p.207).

Em razão do fortalecimento e contínuos avanços legais referentes à extensão, em 2018 foi aprovada a Resolução que estabelece as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira (Resolução CNE/CES 7/2018)⁴, trata-se de uma normativa que define conceitos, diretrizes e princípios para a extensão em todo o sistema de Educação Superior do país (público, privado e comunitário), estabelecendo também parâmetros de avaliação, registro e planejamento das ações extensionistas.

A Resolução CNE/CES 7/2018 pode ser considerada mais um marco de fortalecimento da extensão, pois passa a preencher uma lacuna em relação a diretrizes de abrangência nacional para todas as Instituições de Ensino Superior – IES, para institucionalização e implementação de extensão de forma mais consensual.

Diante das novas demandas do mundo globalizado, pode-se perceber na extensão um espaço com função potencializadora na formação dos alunos e na capacidade de contribuir com a

³ Criado a cada dez anos, o documento traça diretrizes e metas para a educação em nosso país, com o intuito de que estas sejam cumpridas até o fim desse prazo. O primeiro PNE foi elaborado em 1996, para vigorar entre os anos de 2001 a 2010.

⁴ Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50.

sociedade, aspecto essencial para o fortalecimento da universidade reflexiva e atenta mediante as críticas que sofre, conjunturas que lhes demandam respostas e retorno social, expectativas que são construídas, cabendo compreender que as demandas de outrora são passíveis de serem realinhadas, de tempos em tempos, com a realidade social, fruto das mudanças sociais, políticas, econômicas, ambientais etc.

Antes, a extensão estava associada à obrigatoriedade de sua oferta nas universidades; o documento marca a expansão para todo ensino superior, bem como traz preocupações voltadas a uma isonomia operacional que permite fomentar melhoramentos nas gestões de extensão em todas as instituições de ensino superior do país.

A partir desses direcionamentos, a Constituição Federal de 1988, juntamente com a LDB, aprovada em 1996, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a mais recente Resolução CNE/CES 7/2018 formam os pilares de sustentação para compreendermos os caminhos da educação superior que temos hoje estruturada. E, a extensão universitária, cada vez mais é chamada a impulsionar a concretização de atitudes que qualifiquem a experiência formativa do aluno, apresentando como horizonte processos de democratização e transformação social.

Cabe ressaltar que outras dimensões também são fundamentais para entender o espaço social da extensão, tais como a influência dos processos de hegemonia de capitalismo neoliberal em diversas áreas da vida social e econômica com forte influência na área das políticas de educação no Brasil e no mundo, marcando o início do século XXI e perdurando até os dias atuais.

O CAMPO ACADÊMICO BRASILEIRO COMO UM ESPAÇO DE LUTAS

Neste tópico, propomo-nos um exercício de reflexão a partir das categorias campo e *habitus* de Bourdieu (1996; 2005; 2008), que nos permite perceber o campo acadêmico brasileiro como um espaço de lutas, enquanto campo específico e complexo de hierarquias, conteúdo e estruturas. E, deste modo, influenciam relações e posições entre atores sociais imersos em disputas pela legitimação de poder e em constantes processos de resistências.

A eficácia da política de extensão nas próximas décadas, mediante os avanços em sua legitimação, depende de múltiplas variáveis. Entre os fatores que corroboram com as variações pode-se citar o modo como se concebe, direciona e administra-se ensino, pesquisa e extensão, bem como seu potencial para expansão que se estrutura a partir de uma relação de forças sociais atuantes dentro e fora da academia.

Deste modo, com o intuito de analisar a realidade do campo acadêmico, torna-se necessário entender as condições sociais de produção de *habitus*, que geram as práticas neste sistema de relações. Logo, convém adentrar em reflexões a partir das contribuições dos conceitos mundialmente conhecidos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, de *habitus* e campo, ressaltando ainda a importância de se analisar a dimensão simbólica do poder que permeia as construções, desconstruções, avanços e retrocessos da extensão universitária brasileira.

Na compreensão de Bourdieu, *habitus* é um sistema de disposições duráveis, estruturado e estruturante e que produz práticas que podem ser regulamentadas sem que seja obediência máxima ou regra absoluta, assim adaptadas para que seja exercida por todos no coletivo. (BOURDIEU, 1983). Nas palavras do autor:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 87).

As disposições são compreendidas como escolhas, como modo de percepção e posicionamentos defendidos por agentes⁵ em um determinado campo. Inegavelmente leva-se em consideração a influência de condicionamento histórico. Como relatado na sessão anterior, a extensão carrega em boa parte de sua história marcas de assistencialismo, não essencialidade e pouco reconhecimento, mas em permanente construção de sua legitimidade. Ao longo desse trajeto os fatos e as práticas indicam necessidade de novos avanços. Deste modo, as disposições não se tratam de uma aptidão natural e social, pois variam com o tempo e se transformaram por meio das experiências filtradas (BOURDIEU, 2009).

Os ambientes acadêmicos encontram-se dotados de regras próprias e de agentes com hábitos incorporados especificamente para atuar no seu respectivo campo. A exemplo, podemos identificar professores que somente investem em pesquisa científica por considerarem a “melhor escolha” para obterem ganhos e reconhecimento, já que a área se encontra consolidada e apresenta maior capital⁶. Provavelmente, a aproximação com a pesquisa fez parte das suas

⁵ Na teoria de Bourdieu trata-se de agentes e não de sujeitos, pois leva em consideração que os indivíduos têm liberdade para agir.

⁶ O capital, empregado nesta análise, apresenta um caráter relacional e pode ser de diversos tipos (simbólico, econômico, político, cultural, linguístico, social), pode existir em vários estados (incorporado, objetivado, institucionalizado) e converter-se uns nos outros.

experiências enquanto discente, e, muitas vezes, identificaram que ela tem maior peso nas seleções e/ou concursos para ingresso na docência acadêmica e, constatam que as Universidades investem mais nessa área por meio de editais de bolsas, estrutura física e gratificação para equipe.

Nessas condições, a pesquisa demonstra ter maior poder simbólico, por meio de acúmulo de capitais, o que lhe coloca em um patamar diferenciado da extensão. Percebe-se nesse contexto que o *habitus* da pesquisa encontra-se dissociado da tríade ensino-pesquisa-extensão. Havendo, portanto, a necessidade de rupturas nesse *modus vivendus*, com o acréscimo de outros sentidos e significados ao fazer acadêmico. Porém, é necessário que estrategicamente, além de leis e normas, sejam apresentadas outras possibilidades que quebrem as resistências e alterem a dinâmica do *sentido do jogo* no campo científico. Bourdieu destaca que: “quanto mais um campo é heterônomo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não científicas nas lutas científicas” (2004, p. 32). Todavia, a pesquisa não perde sua importância e prestígio com o triunfo da extensão, e o ensino soma-se a esse jogo no sentido em que essas três dimensões do fazer acadêmico rompe suas fronteiras numa perspectiva da indissociabilidade e da interdisciplinaridade da produção do conhecimento.

De acordo com Bourdieu a operação prática do *habitus* é traduzida pelos “esquemas geradores de classificações e de práticas classificáveis que funcionam na prática sem chegar à representação explícita, e que é o produto da incorporação, sob a forma de disposições, duma posição diferencial no espaço social” (BOURDIEU, 1991, p. 114). Em outras palavras, não é só a história da universidade que favorece possível hierarquia superior da pesquisa acadêmica em detrimento da extensão, mas deve-se levar em consideração os *habitus* incorporados dos agentes no campo.

Diante do entendimento de campos, o autor esclarece que “os campos são o lugar de duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capital científico”, afirma Bourdieu (2004, p. 35): um poder político-institucional e institucionalizado, que diz respeito à ocupação de posições importantes nas instituições científicas (direção de laboratórios ou departamentos, comissões, comitês de avaliação etc.), e ao poder sobre meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras). De outro, um poder específico, “prestígio” pessoal que é mais ou menos independente do precedente, e que repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre ele (por exemplo, os comitês de área da Capes; os comitês de revistas científicas de excelência; etc.) (BOURDIEU, 2004, p. 35). Então, o campo da pesquisa tem uma história de prestígio e reconhecimento que o campo da extensão ainda não alcançou. Todavia, essa fratura entre esses campos está sendo posta em xeque à medida que a extensão tem

melhorado seu argumento e o feito triunfar por meio da avanços em sua política de implementação, reconhecimento legal e respaldado em ações concretas que contribuem indubitavelmente para formação do aluno e o diálogo com a sociedade.

Em cada campo específico, quanto maior o volume do tipo de capital eficiente em todos os jogos do campo, maior a probabilidade de o agente ocupar uma posição dominante, visto que as relações de força do espaço social são relações de poder. Para ele:

Compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair-se ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas (BOURDIEU, 1989, p. 69).

O campo habitualmente caracteriza-se pelas forças e conflitos concorrenciais entre os agentes, logo, a universidade enquanto um campo distinto apresenta diversas lutas concorrenciais entre os diversos segmentos, entre posições políticas, áreas de conhecimento e setores administrativos, bem como influências externas locais, regionais e nacionais. Apresenta demandas da sociedade, do mercado, do Estado etc.

É preciso estar atento ao fato de que o *habitus* e as regras dos campos são condicionados e condicionantes, situados social e historicamente, mas também são dinâmicos, e, portanto, constituem possibilidades de mudança para o fortalecimento de uma prática educativa diferenciada e de uma política de formação que potencialize o reconhecimento da extensão na formação acadêmica e no compromisso com a sociedade. Entre as aberturas para mudanças podemos destacar: espaço em órgãos deliberativos, ampliação em estrutura administrativa (como Pró-reitorias e Coordenadorias), normativas internas em consonância com a expansão, em especial constando nos planos de desenvolvimento institucional e projetos políticos pedagógicos dos cursos, oferta de editais de fomento, adesão de novos professores interessados em propor ações com viés extensionista, entre outras estratégias.

Deste modo, as diferentes formas de capital (econômico, cultural, social e simbólico) permitem estruturar o espaço social da extensão universitária que podem ser suficientes ou não "para ocupar posições dominantes no interior de seus campos respectivos, e a conservação ou a transformação da taxa de câmbio entre os diferentes tipos de capital e, do mesmo modo, o poder sobre as instâncias burocráticas que podem alterá-la por meio de medidas administrativas" (BOURDIEU, 2008, p. 52).

Por conseguinte, o fortalecimento da extensão no campo acadêmico brasileiro perpassa, portanto, pelo estabelecimento de regras, mecanismos e ações que a qualifiquem enquanto capital

válido. Neste processo, é essencial que analisemos tal fortalecimento sem deixar de lado a estrutura em que a extensão está inserida. Ressalta-se, no entanto, que estruturas não são imutáveis, mas movimentam-se de acordo com as batalhas vivenciadas em campo e, o *habitus* de cada agente que compõe o campo universitário é elemento central no processo voltado a implementar mudanças nas atitudes e implementação de experiências acadêmicas de fortalecimento de uma prática educativa e de uma política de formação que fomente e amplie a extensão em todos os cursos superiores. Nesse sentido, existem exigências da CAPES para que cursos de pós-graduação desenvolvam ações indissociáveis de ensino-pesquisa-extensão, conforme constam nos Documentos de Área constantes no site www.capes.gov.br.

INFLUÊNCIA EXTERNA DO NEOLIBERALISMO

Frente às concepções e argumentos inquietantes e provocativos discutidos anteriormente, parece pertinente investigar outro aspecto indispensável para pensar a conjuntura que influencia diretamente o campo acadêmico brasileiro e a sociedade de modo geral. Trata-se dos fortes impactos político e ideológico do neoliberalismo nos diversos setores da sociedade no início do século XXI, refletindo em cortes de orçamentos para políticas sociais e flexibilização do serviço público ao setor privado. O ensino superior brasileiro, em especial as Universidades, sentem diretamente esses impactos por meio da descapitalização das universidades públicas, a flexibilidade e incentivo a exploração comercial do bem público universitário a serviço do setor privado. Tais impactos constituem pilares para o projeto neoliberal de mercantilização do ensino superior.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1995, 2004, 2011) aponta em sua análise as três crises que se defronta a Universidade neste século, sendo estas: a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional. Para ele, ao deixar de ser necessária, única e exclusiva no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, emergiu sua crise de hegemonia. A contradição entre a hierarquização dos saberes especializados que restringiam o acesso às Universidades e a reivindicação de políticas democráticas e inclusivas que permitiriam acesso às camadas populares no ensino superior levou à crise de legitimidade. Já a crise institucional ecoa na contradição entre a autonomia na definição dos valores e objetivos acadêmicos ante ao estabelecimento de critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social no âmbito das Universidades (2011). Tais crises aprofundam-se no contexto de globalização hegemônica.

A lógica neoliberal associada à competitividade, exclusão e supervalorização quantitativa almeja reduzir a educação a mera mercadoria em seu processo de expansão, através de ajustes fiscais e políticas de estado mínimo, desenhando a construção de um saber universitário utilitário, fragmentado e descontextualizado. No entanto, a universidade pública sustenta o desafio de manter-se em defesa de valores humanos, sociais, culturais e ambientais. Para tal, necessita manter sua legitimidade, superar as crises que vem enfrentando nas últimas décadas e dar respostas às demandas sociais.

Neste cenário, a Universidade necessita se articular e conduzir o diálogo construtivo e transformador entre ensino, pesquisa e extensão com os setores da sociedade interessados na busca de produção e aplicação de conhecimentos voltados a soluções de problemas contemporâneos complexos de forma crítica e comprometida. Sobre isso, Ribeiro (2014), afirma que :

A sociedade inclui muitas outras formas de organização além da empresa. Inclui sindicatos; inclui organizações comunitárias de vizinhança; inclui pessoas que estão unidas por terem os mesmos credos, religiosos ou políticos etc. Pensar a relação Universidade com a sociedade e pensar toda pluralidade. Se não for assim acabamos ou fechamos a Universidade sobre si mesma (RIBEIRO, 2014, p. 181).

Fechar-se sobre si mesma enfraqueceria ainda mais sua longevidade, ao contrário, trata-se de construir espaços de abertura e diálogo. De envolver-se ativamente nas pautas da sociedade e no empenho em criar estratégias alternativas às consequências nocivas do capitalismo global.

Como enfrentamento dos desafios contemporâneos, Santos (2011) vem defender que a Universidade deve ser democrática, criativa e emancipatória na construção de uma globalização alternativa de viés contra hegemônico à globalização neoliberal. Alerta para o fato de que “(...) uma universidade socialmente ostracizada pelo seu elitismo e corporativismo e paralisada pela incapacidade de se auto-interrogar no mesmo processo em que interroga a sociedade, é presa fácil dos prosélitos da globalização neoliberal” (SANTOS, 2011, p. 215).

A extensão, por natureza, passa a ter um papel fundamental no enfrentamento das crises e desafios postos à Universidade, pois possibilita o diálogo com a sociedade e a produção de novos conhecimentos a partir do contato com a realidade.

Nas palavras de Santos (2004),

(...) Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a

degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2004, p.53-54).

E na forma como a extensão vem sendo consolidada, enquanto espaço social conquistado ao longo de um trajeto de avanços, resistências e reconfigurações, marcam a relevância do seu papel, posicionando-se como uma atividade fundamental para o fortalecimento da Universidade comprometida com a formação, a produção de conhecimentos e, principalmente, com a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo contribuiu, mesmo que de forma sintética, para apresentar influências e conduzir a uma análise crítica sobre a posição da extensão universitária no espaço acadêmico brasileiro a partir do seu fio histórico e das dimensões institucionais que foi assumindo ao longo do século XX, elucidando sua posição secundarizada dentro da indissociabilidade junto ao ensino e a pesquisa. Também foi possível identificar a conjuntura que perpassa a universidade pública mediante a lógica neoliberal e as crises e desafios postos a sua longevidade.

A partir da análise desenvolvida reforçamos a confirmação da hipótese quanto à importância das atividades de extensão universitária para a construção do conhecimento a partir da sua indissociabilidade junto ao ensino e à pesquisa, bem como a percebendo como estrategicamente posicionada em uma relação dialógica com a sociedade. Foi possível identificar que os momentos de integração de políticas e ações passam pela configuração de lutas internas, espaço de resistência e possibilidade de militância, desencadeadoras de um processo de institucionalização e fortalecimento da extensão atenta às demandas da universidade e da sociedade.

Os desafios postos são plurais mediante a conjuntura neoliberal na educação superior, os “jogos de poder” que envolve as relações acadêmicas e prioridades institucionais, bem como insere-se também nessa tessitura, os avanços normativos legais, apontando hoje para a curricularização da extensão. O momento envolve um esforço voltado à construção de uma nova cultura organizacional a partir da ampliação de oferta de Unidades Curriculares de Extensão-UCES nas matrizes curriculares de todos os cursos de graduação e, deste modo, conduzindo para potencializar a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, promover uma maior interação dialógica e oportunizar uma formação profissional e cidadã dos alunos.

Longe de esgotar o tema proposto e na busca de refletir acerca da extensão universitária no campo acadêmico brasileiro, esse artigo posiciona-se em favor de uma educação superior mais humana e comprometida com a realidade social. Deste modo, identifica na extensão universitária um caminho alinhado com as demandas e interesses da sociedade. Considerando que tal caminho favorece, também, internamente, a formação acadêmica e a própria oxigenação e longevidade da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Uma extensão conhecedora e reconhecadora de sua historicidade, limites, dificuldades, desafios e contradições, mas também ansiosa por contribuir com o tempo presente por meio de experiências e proposições que gerem alternativas e estratégias criativas ao enfrentamento de problemas contemporâneos.

A posição da extensão universitária no espaço acadêmico, em uma perspectiva de indissociabilidade junto à pesquisa e ao ensino, está a se construir diariamente no cotidiano das práticas extensionistas, na luta por financiamento, no reconhecimento de sua identidade e em todas as possibilidades de debate.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. *Novos estudos - Cebrap*, n. 96, p. 105-115, São Paulo, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Ática, 1983a.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*, p. 122- 155. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983b.
- BOURDIEU, Pierre. Estruturas sociais e estruturas mentais. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 3, p. 113-119, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Política & Sociedade*, 6: (tradução de "Le champ économique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119: 48-66, 1997).
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da Ação*. Campinas/SP: Papirus, 2008. 9ª ed.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 2004.

BRASIL, Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências; BRASÍLIA: MEC, 2018.

BRASIL, Portaria nº 1.350, publicada no D.O.U. de 17/12/2018, Seção 1, Pág. 34: Homologação do Parecer do CNE; BRASÍLIA: MEC, 2018.

DE ANDRADE, Thales Haddad Novaes e Incrocci, Lígia Maria de Mendonça Chaves. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 1, Janeiro/Abril 2018.

Mendonça, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. Rev. Bras. Educ. no.1, Rio de Janeiro, May/Aug. 2000

RIBEIRO, Renato Janine. A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2003.

SOUSA, Ana Luisa Lima. A história da Extensão Universitária. Campinas, SP: Alínea, 2010.

SANTOS, B. S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 1995.

SANTOS, B. S. A Universidade no século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SANTOS, B. S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 5ª ed. São Paulo: Cortez; 2008.

ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

TOSCANO, Geovânia da Silva. Extensão Universitária e Formação Cidadã: a UFRN e a UFBA em Ação. Natal, RN: 2006.

Recebido em: 13/11/2019

Aceito em: 17/02/2021